



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# “O contributo do Global Environment Facility – Small Grants Programme para o Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde: o exemplo da Ilha do Fogo”

**Laura Visentin**

Orientadora: Professora Doutora Sónia Frias Piepoli

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Estudos Africanos

Lisboa  
2014

VALORIZAMOS PESSOAS



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA



# “O contributo do Global Environment Facility – Small Grants Programme para o Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde: o exemplo da Ilha do Fogo”

**Laura Visentin**

Mestranda em Estudos Africanos no Instituto de Ciências  
Sociais e Políticas

Orientadora: Sónia Frias Piepoli

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

## INDICE

|   |     |
|---|-----|
| Agradecimentos .....  | IV  |
| GLOSSÁRIO .....   | V   |
| RESUMO.....   | VI  |
| ABSTRACT .....  | VII |
| INTRODUÇÃO .....  | 1   |
| 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....   | 3   |
| 2 – O GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - SMALL GRANTS PROGRAMME:<br>VINTE ANOS DE AÇÕES COMUNITÁRIAS .....   | 13  |
| 3 – SGP CABO VERDE: FUNCIONAMENTO E INTERVENÇÃO LOCAL .....   | 21  |
| 4 – NOTAS SOBRE AS OPÇÕES METODOLÓGICAS .....   | 31  |
| 5 – A EXPERIÊNCIA NA ILHA DO FOGO E AS INTERVENÇÕES JUNTO ÀS<br>COMUNIDADES.....  | 35  |
| 5.1 – <i>Jovens djunto pa um sociedade civil midjor</i> ” - um instrumento de dinamização da<br>Organização das Associações da Ilha do Fogo (OAF) ..... | 36  |
| 5.1.2 – A implementação do projeto de dinamização da OAF .....  | 36  |
| 5.2 – Elaboração do projeto da Associação Comunitária para o Desenvolvimento de<br>Estância Roque .....   | 38  |
| 5.2.1 – Parcerias e Reforço de Capacidades.....   | 39  |
| 5.3 – O Atelier de troca de Experiências .....  | 42  |
| 8 – CONCLUSÃO.....  | 44  |
| BIBLIOGRAFIA .....  | 46  |
| WEBGRAFIA .....   | 47  |
| FIGURAS .....   | 48  |

## Agradecimentos

À minha Professora orientadora Sónia Frias, pela paciência e disponibilidade que teve comigo e para me apoiar nos desafios que enfrentei ao longo da minha experiência na Ilha do Fogo e também ao longo da redação desse trabalho.

Ao Coordenador Nacional do SGP Cabo Verde, Ricardo Monteiro e a sua Assistente de Programa, Eveline Tavares, para o apoio que deram durante o trabalho de campo e para a disponibilidade em me fornecer informações adicionais preciosíssimas para a elaboração da minha dissertação. À Sofia Gomes, minha colega e “parceira” durante a experiência do Fogo, pela sua amizade e pela “partilha de conhecimentos” muito enriquecedora que houve entre nós durante o trabalho. A todas as pessoas com quem colaborei durante a experiência de voluntariado, que são demasiadas para ser listadas aqui, que me ensinaram muito, seja no âmbito do trabalho, seja no âmbito mais pessoal.

A todos os Professores e pesquisadores que fui contatando ao longo do caminho e que me ajudaram nesse trabalho através das duas indicações e conselhos.

Aos meus pais, que, também se não presentes fisicamente aqui em Lisboa, me apoiaram imenso durante todo o Mestrado. Qualquer satisfação eu tenha conseguido nesse percurso, parte do mérito é vosso. A minha irmã Emanuela, para o seu apoio e para ter aturado ao longo desses anos todos os meus desabafos de desespero momentâneo. As minhas sobrinhas, que são a maior alegria que tenho.

À minha família “lisboeta” (que de lisboeta mesmo não tem ninguém) especialmente à Anna, David e Witiney um enorme agradecimento por todo, pela amizade, alegria, apoio e carinho que me deram nesse ano e meio passado na mesma casa.

Alla zia Redenta, sempre presente con il suo spirito.

## **GLOSSÁRIO**

**ACB** Associações Comunitárias de Bse

**ACDER** Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Estância Roque

**CO** UNPD Country Office

**CPS** Country Programme Strategy

**CPMT** Central Programme Management Team

**FSP** Full Size Projects

**GEF SGP** Global Environment Facility Small Grants Programme

**HI** Host Institution

**HQ** Head Quarters

**MOA** Memoradum of Agreement

**MSP** Medium Size Projects

**NC** National Coordinator

**NSC** National Steering Committee

**ONGs** Organizações Não Governamentais

**OAF** Organização das Assoiações da Ilha do Fogo

**OSC** Organizações da Sociedade Civil

**ONU** Organização das Nações Unidas

**ODS** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**PA** Programme Assistant

**POPs** Poluentes Orgânicos Persistentes

**UNDP** United Nation Development Programme

**UNEP** United Nations Environment Programme

**UNOPS** United Nations Office for Project Services

## **RESUMO**

O Programa Global Environment Facility - Small Grants Programme (GEF SGP) foi lançado em 1992, seguindo o princípio de que soluções ambientais mundiais geralmente possuem maior viabilidade se as comunidades locais estiverem ativamente envolvidas e os benefícios forem direcionados ao nível local.

O Programa das Pequenas Subvenções do GEF encontra-se operacional em Cabo Verde desde Agosto de 2009. Do ponto de vista ambiental, o arquipélago de Cabo Verde foi sempre afetado por pressões e destruição de determinados habitats e ecossistemas, e por práticas agrícolas insustentáveis.

O GEF SGP proporciona financiamentos para projetos comunitários que tentam combinar, com vista a potenciar, as condições socio-económicas dos moradores com a conservação do meio ambiente.

O trabalho de campo desenvolvido entre Maio e Novembro de 2012 na Ilha do Fogo possibilitou o acompanhamento dos processos de funcionamento do SGP a nível local através de dois exemplos em particular: a elaboração do projeto da Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Estância Roque e o Atelier de Troca de Experiências.

O objetivo desta pesquisa é observar, além do contributo financeiro que o programa proporciona, quais as outras vertentes incluídas nos processos de implementação dos projetos podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da Ilha.

## **ABSTRACT**

The Global Environment Facility - Small Grants Programme ( GEF SGP) was launched in 1992, following the principle that global environmental solutions generally have higher viability if local communities are actively involved and benefits are targeted at the local level.

The GEF SGP is operating in Cape Verde since August 2009. From an environmental standpoint, the archipelago of Cape Verde has always been affected by pressures and destruction of certain habitats and ecosystems, and unsustainable agricultural practices.

It is a Programme that provides funding for community projects that attempt to combine the improvement of socio - economic conditions of the residents with the conservation of the environment.

The fieldwork conducted between May and November 2012 on Fogo Island enabled the monitoring of SGP locally through two examples in particular: the development of the project of the Community Association for the Development of Estância Roque and the Workshop of exchange of Experiences.

The objective of this research is to look beyond the financial contribution that the Programme provides, analyzing with other aspects included in the process of project implementation can contribute to the sustainable development of the island.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho inscreve-se no grande tema do desenvolvimento sustentável, que começou a ter relevância no discurso das Instituições Internacionais a partir sobretudo dos anos de 1970 quando os conceitos de “ambiente” e “desenvolvimento” passaram a ser considerados interdependentes. Até então já existiam movimentos nos países ocidentais que levantavam preocupações sobre assuntos ligados à poluição do meio ambiente, ao crescimento da população e ao esgotamento dos recursos naturais, mas tiveram pouca repercussão nos países em via de desenvolvimento.

Na década de 1980 o debate sobre o desenvolvimento sustentável evoluiu do plano meramente teórico a um plano mais prático e passou a discutir-se sobre a elaboração de políticas de integração das questões ambientais e desenvolvimento.

Em 1991 o Banco Mundial, o United Nations Environment Programme (UNEP), o United Nations Development Programme (UNDP) em parceria com Instituições Internacionais, Organizações da Sociedade Civil e do Setor Privado empenharam-se na criação do Global Environment Facility (GEF), uma nova Instituição que se previa que tivesse como papel principal, apoiar o financiamento (que se defendia multilateral – a par com outras instituições intervenientes) de projetos relativos às questões ambientais globais. O GEF recebeu o estatuto operacional em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), com a subscrição de 182 Governos.

O Small Grants Programme é um subprograma do Global Environment Facility - (GEF SGP) e, por seu turno, concede pequenas subvenções a Organizações da Sociedade Civil, para projetos que associem os objetivos locais de melhoria das condições de vida das comunidades, com objetivos globais de defesa do meio ambiente. Desde a sua criação, implementou mais de 2800 projetos no mundo inteiro. O Programa é financiado pelo Fundo Mundial para o Ambiente, implementado pelo United Nations Development Programme, e executado administrativamente pelo United Nations Office for Project Services (UNOPS).

Uma vez que este trabalho incide sobre uma experiência de trabalho na Ilha do Fogo, em Cabo Verde, importa que se faça referência a que em Cabo Verde, o SGP se encontra operacional desde Agosto de 2009. Naquele país, a equipa adstrita ao Programa, é composta



por pessoas que demonstraram profundo interesse em trabalhar junto às comunidades para partilhar e divulgar a visão do desenvolvimento sustentável segundo o princípio base do GEF: “Thinking globally, acting locally”.

Na Ilha do Fogo, o programa financiou vários projetos, a maioria dos quais geridos por Associações Comunitárias de Base e sempre ligados à conservação da biodiversidade e à degradação de terras.

Penso que seja importante salientar que, além do apoio financeiro que o SGP fornece para as medidas de conservação do meio ambiente, todo o processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação dos projetos, é um contínuo exercício de reforço de capacidade dos *stakeholders* locais. As comunidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) locais e Associações Comunitárias de Base (ACB), têm um papel essencial na conservação da biodiversidade e na redução dos efeitos das mudanças climáticas e o objetivo das subvenções do SGP é o de dar a conhecer às populações alternativas que permitam a adequação dos conhecimentos endógenos às novas condições induzidas pelas mudanças climáticas, por exemplo, fazendo-as compreender que o seu próprio bem-estar depende em larga medida, da gestão sustentável dos recursos disponíveis.

A escolha desse tema deriva de uma experiência de trabalho que pude realizar no âmbito do projeto “*“Jovens djunto pa um sociedade civil midjor”*”, que visava a dinamizar a Organização das Associações da Ilha do Fogo (OAF). A OAF, é, desde 2012, parceira do SGP Cabo Verde e foi no âmbito dessa parceria que aconteceu a minha colaboração como do Programa.

A participação nos trabalhos teve lugar entre Maio e Novembro de 2012 e despertou em mim o interesse para assuntos relacionados com o desenvolvimento sustentável, em particular para ações de desenvolvimento sustentável que considerem as comunidades como protagonistas, pois que sem a participação das comunidades e outros agentes locais, a sustentabilidade está sempre em risco, como o têm demonstrado variadíssimas experiências, um pouco pelo mundo fora, muito em especial o mundo dito em desenvolvimento.

O grande objetivo desta pesquisa, é pois, o de lançar uma visão o mais abrangente possível sobre o funcionamento do SGP (aos níveis internacional e local), a fim de procurarmos compreender da forma o mais detalhadamente possível, as suas valias.

## 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O conceito de desenvolvimento sustentável é muito recente e começou a ter relevância no discurso das Instituições Internacionais a partir dos anos '70 quando os conceitos de “ambiente” e “desenvolvimento” vieram a ser considerados interdependentes em vez de antitéticos (Elliott 1994).

A definição de desenvolvimento é um exercício complexo. Alguns autores chegaram a referir-se-lhe como “conceito guarda-chuva” sob o qual um conjunto intrincado de questões se inter-relaciona. Deve-se isso às suas diferentes vertentes que abrangem áreas que vão dos direitos humanos, à boa governação, assim como do direito internacional às teorias económicas (Ginther, Denters, Waart 1995).

O conceito de desenvolvimento sustentável (também complexo), foi proposto, a partir de muitas discussões, tendo o seu suporte de sustentação, emergido a partir do reconhecimento do valor de se atender e de se inscreverem dimensões muito específicas aos projetos e mesmos aos programas de desenvolvimento que se iam preparando. Esse entendimento acabou necessariamente por alargar-se a algumas convenções estabelecidas entre Instituições Internacionais, que passaram a incluí-las nos seus programas e a defendê-las nos processos de elaboração de estratégias de desenvolvimento, passando-se desde então, a tomar-se cada vez mais em consideração, fatores como o crescimento populacional e a segurança alimentar, o ecossistema e a biodiversidade, a questão energética e o problema dos recursos naturais, o desenvolvimento industrial e o crescimento urbano (Amaro 2004).

O desenvolvimento sustentável é pois, um conceito relativamente recente, que acabou por ser proposto pela primeira vez durante a United Nations Conference on the Human Environment em 1972, quando tentou-se conciliar o desenvolvimento com as questões ambientais.

Durante essa conferência, foi redigida a chamada Declaração de Estocolmo que, pela primeira vez, considera o bem estar das gerações futuras. Têm porém, uma abordagem muito antropocêntrica e afirma que “De todas as coisas do mundo, os seres humanos são a mais valiosa. Eles são os que promovem o progresso social, criam riqueza social, desenvolvem a ciência e a tecnologia e, com seu árduo trabalho, transformam continuamente o meio ambiente humano. Com o progresso social e os avanços da produção, da ciência e da

tecnologia, a capacidade do homem de melhorar o meio ambiente aumenta a cada dia que passa” (UNEP 1972<sup>1</sup>). Considera o meio ambiente como um instrumento que o Homem tem à sua disposição para alcançar os seus objetivos relativos ao bem estar económico e social. Essa declaração dirige-se também a Governos, administrações locais e nacionais e cidadãos em geral, mas não faz referência às organizações da sociedade civil.

Foi em 1987 que foi elaborada a mais famosa e utilizada definição de desenvolvimento sustentável. Foi apresentada no relatório “Our Common Future” da Comissão Brundtland, e nela se pode ler, em texto relativo às questões sobre o que deve ser condição de desenvolvimento, que: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Observou-se que ecologia e economia se foram tornando cada vez mais entrelaçados - localmente, nacionalmente e globalmente - numa rede contínua de causas e efeitos (WCED 1987). Deriva diretamente do Relatório Brundtland o conceito dos três pilares do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento económico, equidade social e proteção ambiental.

Enquanto a declaração de Estocolmo representa mais uma declaração de vontade dos Governos em se empenharem num desenvolvimento que leve em consideração as questões ambientais, o Relatório Brundtland é um documento estruturado em seis secções que aprofundam as questões de População e Recursos Humanos, Segurança Alimentar, Espécies e Ecossistemas, Energia, Indústria e Crescimento Urbano identificando de uma maneira bem mais específica quais são as áreas de atuação em que é preciso encontrar soluções práticas para conciliar objetivos de desenvolvimento económico e social com a defesa do meio ambiente.

Uma inovação que o Relatório Brundtland introduz é o reconhecimento do papel cada vez mais importante da comunidade científica e das ONGs na identificação e avaliação dos riscos ambientais e sociais, e na implementação de medidas para lhes fazer frente. Para mais, chama a atenção sobre a integração das comunidades locais em redes sociais e económicas maiores, especialmente aquelas que vivem ainda de uma forma mais tradicional. Normalmente são comunidades que se encontram em lugares mais afastados e não conseguem integrar-se, ou sequer aceder, facilmente aos processos de desenvolvimento económico e da educação. O seu isolamento, faz com que as práticas e sabedoria tradicionais por elas

---

<sup>1</sup> [www.unep.org](http://www.unep.org), ultima consulta 17/2/2014

utilizadas, acabem por se ir perdendo e isso constitui uma grande perda para a humanidade. O relatório sustenta que é preciso atribuir-lhes a importância que elas merecem e procurar envolvê-las nos processos de tomada de decisão, através o reconhecimento dos seus direitos, para que possam intervir nas decisões sobre a gestão dos recursos do ambiente em que estão inseridos.

As reflexões levantadas nessa conferência abriram um processo de definição de estratégias e conceitos de sustentabilidade que culminará na conferência do Rio de 1992 com a elaboração da “Agenda 21: Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU 1993) que é um conjunto de princípios visados à guiar a implementação das suas políticas de desenvolvimento sustentável.

Durante a conferência do Rio, mais de 178 Governos adoptaram os dois documentos incluídos na Agenda 21 que são a Declaração de Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, e a declaração dos Princípios para a Gestão das Florestas. Estes princípios não têm eficácia jurídica e representam uma obrigação moral que os Governos se empenharam a cumprir.

A pedido dos participantes da conferência, foi estabelecida pela Assembleia Geral, a United Nations Commission on Sustainable Development com a função de verificar o respeito e a real aplicação das indicações da Agenda 21.

A Declaração de Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento contém vinte e sete princípios orientadores com indicações exploração e gestão dos recursos naturais, erradicação da pobreza, o direito ao desenvolvimento equo e o compromisso dos países desenvolvidos de cooperar com os países menos desenvolvidos para apagar as disparidades.

De particular interesse para essa dissertação são os assuntos ligados ao envolvimento das comunidades e da sociedade civil nos processos de desenvolvimento sustentável.

O Princípio 9 afirma que é preciso reforçar os processos de criação de conhecimento endógeno de cada Estado, complementando-o com eventuais novas tecnologias adaptadas ao contexto local.

O Princípio 10 reconhece que os assuntos ambientais são mais bem geridos quando os cidadãos participam ativamente nos processos de aplicação das políticas. Por isso, os Estados têm que encorajar a formação de consciência pública através a divulgação de informações sobre estes assuntos.

O Princípio 13 explica que os Governos devem elaborar leis nacionais que possam salvaguardar as vítimas de danos ambientais, para poder atribuir às políticas de defesa do ambiente aquela aplicabilidade jurídica que falta a nível internacional.

O Princípio 22 afirma a importância dos povos indígenas, que têm um papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável por causa da sua sabedoria e das suas práticas tradicionais. Os Governos têm que valorizar a sua identidade e cultura e permitir a sua efetiva participação nos processos de desenvolvimento sustentável.

A parte mais extensa e discursiva do documento explica que até à época, os sistemas de tomada de decisão política costumavam separar os assuntos económicos, sociais e ambientais, tendência essa que é preciso mudar enquanto a atual preservação do meio ambiente é o pressuposto para o desenvolvimento económico de longo prazo.

A gestão sustentável dos ecossistemas frágeis é considerada como uma prioridade para os países menos desenvolvidos, a alcançar por meio da monitoração das regiões em perigo de desertificação, incluindo nas avaliações os aspetos económicos e sociais dos mesmos. Para fazer isso, é preciso implementar programas integrados de erradicação da pobreza e promoção de estilos de vida alternativos, que prevêm ações de reforço do conhecimento local sobre a matéria e combate a degradação das terras com ações mecânicas de conservação do solo, florestação e reflorestação. Para alcançar este objetivo é fundamental o papel dos agricultores uma vez que, um terço da superfície do planeta terra é ocupado por atividades agrícolas e, estas últimas, constituem a principal atividade de sustento para uma grande parte da população mundial, e a base da segurança alimentar para os restantes seres humanos.

Ainda que os princípios e as indicações incluídas na Agenda 21 não tenham validade jurídica a nível do Direito Internacional, representam uma grande evolução nas apreciações e mesmo nas questões relativas ao desenvolvimento sustentável porque é o primeiro documento em que os Governos e as Organizações da Sociedade Civil compartilham e definem as políticas a serem aplicadas nacionalmente de modo a que os objetivos que se possam alcançar sejam globais.

Dez anos depois, em Johannesburg, África do Sul, teve lugar a Segunda Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (ONU 2002).

Durante aquele encontro não houve modificações muito significativas em relação às estratégias de ação. Reforçou-se a importância da Declaração de Estocolmo, sobre a urgente necessidade de respostas práticas às questões da deterioração do ambiente, e afirmou-se a necessidade de melhorar a aplicação da Declaração de Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento. Da mesma forma, reafirmou-se o empenho em aplicar políticas que incluam os três pilares - económico, social e ambiental - do desenvolvimento sustentável. Para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável são necessárias instituições internacionais multilaterais mais eficazes e responsáveis que tentem envolver o maior número possível de Governos e Organizações da Sociedade civil nas suas estratégias, considerando o fato de que as problemáticas assinaladas trinta anos antes em Estocolmo, ainda se mantinham.

Sob a recomendação da Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável, foi organizado um pequeno evento *multi-stakeholders* envolvendo os principais representantes dos diferentes grupos com o objetivo de se alcançar um consenso generalizado sobre o documento final da Conferência, ou seja, o “plano de implementação de Johannesburg”. Os grupos presentes foram: associações juvenis, populações indígenas, ONGs, autoridades locais, organizações de trabalhadores, setor privado, comunidade científica, agricultores e associações de mulheres.

Novamente é posta a atenção sobre a gestão e proteção dos recursos naturais como base do desenvolvimento económico. Confirma-se a importância do envolvimento das comunidades locais e da valorização da sabedoria indígena. Para conseguir fazer isto, é preciso apostar na mobilização de recursos financeiros locais, nacionais e internacionais e na promoção de parcerias com os setores públicos e privados, de modo a integrar também as comunidades mais isoladas nas redes dos agentes do desenvolvimento sustentável.

Em 2012 realizou-se outra Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, novamente no Rio de Janeiro. O documento final do encontro titula-se “The Future we want” (ONU 2012) onde se reconhecem os progressos irregulares que se conseguiram com as medidas estratégias aplicadas de 1992 até à data, tanto como a necessidade de fortalecer o empenho dos Governos, das Instituições Internacionais e dos *stakeholders* locais. Constatou-se ainda, a necessidade de se criar uma série de indicadores que possam medir de forma simples e concreta, os processos locais e globais das estratégias de desenvolvimento sustentável, porém observou-se que encontrar indicadores que possam ser aplicados igualmente em todos os contextos locais é tarefa muito complicada.

Na primeira mesa redonda do evento, ressaltou uma recomendação que explica que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) devem fornecer uma base para as políticas de desenvolvimento sustentável e participação efetiva na Green Economy. Os ODS devem ser universais, embora se preveja que devam conseguir incluir as diferenças nacionais. Eles devem ser limitados no tempo e mesuráveis, e sua realização deve ser mantida sob revisão. Metas particulares podem ser identificadas relativamente ao acesso a alimentos, água, energia, agricultura e oceanos. Os ODS não devem diminuir os esforços em curso para atingir os objetivos globais. Prevê-se que os ODS para a agenda pós-2015 devem integrar os três pilares do desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental. Ao longo desse processo, às populações mais vulneráveis, incluindo crianças e povos indígenas, deve dar-se atenção especial. A capacitação científica e técnica são fatores também muito importantes para preparar as pessoas para os empregos verdes do futuro e suporte específico deve ser fornecido para facilitar a transição para uma economia verde nos países em desenvolvimento.

Algumas das recomendações finais dessa conferência incluem a promoção da educação a nível global sobre assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável, a promoção das iniciativas inovadoras e um acesso generalizado à informação e aos processos de decisões políticas.

Durante a conferência também foram organizados dezessete cursos onde participaram mais de 80 pessoas em representação dos vários grupos. Os cursos foram sobre “Green Economy no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza” e “Redes Institucionais para o desenvolvimento sustentável” e constituíram-se em espaços onde os participantes puderam adquirir novos conhecimentos, partilhar experiências nacionais e boas práticas. A organização dessa iniciativa (paralela à conferência) demonstra a preocupação que as instituições internacionais têm em relação ao reforço de capacidade dos *stakeholders*.

Um dos organizadores da conferência de Estocolmo foi Ignacy Sachs, que, a partir de uma das propostas feitas durante a conferência, formulou o conceito de Ecodesenvolvimento. Na sua obra “Estratégias de transição para o século XXI” (Sachs 1993) o autor explica que todo o planeamento para o desenvolvimento deve ter em conta as seguintes cinco dimensões de sustentabilidade:

1. Social, que é entendida como a criação de um desenvolvimento que seja acompanhado por uma sociedade com maior equidade na distribuição de renda e de bens;

2. Económica, que deve ser tornada possível através da alocação e da gestão mais eficiente dos recursos disponíveis e a eficiência económica não deve ser calculada em termos puramente económicos mas em termos macrossociais;
3. Ecológica, que é alcançada otimizando a utilização dos recursos da terra, limitando a utilização de combustíveis fósseis de modo a reduzir a poluição e substituindo-os por energias renováveis, promovendo a autolimitação no consumo de materiais e definindo normas para uma adequada proteção ambiental, construindo as ferramentas legais e administrativas necessárias para o seu cumprimento;
4. Espacial, que prevê uma organização rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos centros de atividades económicas;
5. Cultural, que procure as raízes endógenas dos processos de produção agrícola de modo a produzir mudanças duradouras que possam se traduzir em práticas específicas para cada contexto local.

No contexto da presente pesquisa escolhi utilizar a definição de desenvolvimento sustentável de Ignacy Sachs uma vez que considero que ela abrange todas as vertentes que os projetos do SGP tentam incluir nos seus trabalhos.

Em publicações mais recentes é tratado o chamado “paradoxo ambiental”, ou seja, a incompatibilidade entre o que é exigido do planeta terra e o que o planeta é capaz de proporcionar (William e Millington 2004). Para tentar responder a esta questão entre procura e oferta, têm vindo a ser propostas três perspectivas, a primeira é a da “sustentabilidade fraca” que é baseada na necessidade de expandir o stock de recursos através de energias renováveis, de uma utilização mais eficiente dos recursos existentes e encontrando soluções tecnológicas para o esgotamento dos recursos e para combater a poluição do meio ambiente. Essa é a perspectiva em que se enquadram a maioria dos relatórios e das políticas sobre o desenvolvimento sustentável das instituições internacionais. A segunda é a da “sustentabilidade forte” que evidencia o fato que a exploração dos recursos do Planeta Terra tem de ser limitada e que devemos consumir menos. Uma terceira perspectiva é a da “sustentabilidade moderada” que combina elemento das duas precedentemente explicadas.

Amaro (2004) defende que, a partir dos anos de 1970, surgiram novas abordagens ao desenvolvimento, duas das quais são importantes para o presente trabalho. A primeira é a



“fileira ambiental”, que integra a consciência ambiental nos processos de desenvolvimento, e a segunda é a “fileira das pessoas e das comunidades”. Essa última procura localizar as pessoas e as comunidades como protagonistas do processo de desenvolvimento, intendendo dessa forma, o desenvolvimento como um exercício pleno de cidadania, resultado da participação ativa de todos. Dentro desta segunda “fileira” distingue ainda dois conceitos chave, o do desenvolvimento local, que é o processo de satisfação das necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local a partir das suas capacidades endógenas, e o do desenvolvimento participativo que visa utilizar metodologias participativas nos processos de mudança, desde a concepção até a avaliação, pressupondo a aplicação dos direitos e deveres de plena cidadania.

Atualmente existem variadíssimas organizações e fundos internacionais que se ocupam de proteção do ambiente envolvendo as comunidades locais, com diferentes objetivos e estratégias. Deixo aqui alguns exemplos:

- ✓ United Nations Environment Programme: implementa projeto nas áreas de adaptação às mudanças climáticas, gestão de ecossistemas, governança ambiental e gestão de resíduos. Têm programas de apoio para o acesso direto aos fundos de Adaptação às Mudanças Climáticas para Estados que querem trabalhar diretamente com as agências de implementação (UNEP 2012<sup>2</sup>);
- ✓ World Wild Fund for Nature: especialista em projetos de conservação da biodiversidade, integrando nos seus projetos objetivos de equidade social a nível nacional, regional e global (WWF 2012<sup>3</sup>);
- ✓ Greenpeace: uma organização financeiramente independente, presente em mais de 40 países, que desde os anos '70 trabalha na recuperação e prevenção de zona de terras degradadas encorajando a utilização de técnicas de cultivo socialmente responsáveis (Greenpeace 2012<sup>4</sup>);
- ✓ O Global Environment Facility: implementa os chamados Full-Sized Projects e Medium-Sized Projects em colaboração com Governos, ONGs, Organizações da Sociedade Civil e o setor privado, nas áreas de conservação da biodiversidade, mudanças climáticas, proteção de águas internacionais, degradação de terras e

---

<sup>2</sup> [www.unep.org](http://www.unep.org), última consulta 17/12/2014

<sup>3</sup> [www.wwf.panda.org](http://www.wwf.panda.org), última consulta 17/12/2014

<sup>4</sup> [www.greenpeace.org](http://www.greenpeace.org), última consulta 17/12/2014

eliminação de poluentes orgânicos persistentes, gestão sustentável das florestas, e esgotamento da camada de Ozônio (GEF 2012 <sup>5</sup>).

Todas as organizações ilustradas, trabalhando para a defesa do meio ambiente, provocam como benefício indireto a melhoria das condições de vida das populações que habitam as zonas de implementação dos projetos.

Nesta dissertação, escolhi analisar o Small Grants Programme porque me parece ser um programa que direciona o apoio financeiro diretamente para as comunidades locais.

Em relação à definição de Organização não Governamental e de Associação Comunitária de Base adotarei as definições encontradas na plataforma das ONGs de Cabo Verde, uma vez que o trabalho de campo foi desempenhado nesse país. Esse documento menciona o desenvolvimento sustentável, como um processo que visa a capacitar os membros das comunidades locais de modo que eles tenham a capacidade de integrar nas suas ações as componentes económica, social, cultural e ambiental, trabalhando em rede com os outros atores institucionais públicos e privados.

1 - As Organizações não Governamentais de Desenvolvimento são “associações, com uma estrutura formal estabelecida, que têm por missão e objetivos apoiar as associações de base de fim não lucrativo, grupos de entre-ajuda ou de interesse específico, temporário ou duradouro, bem como promover o desenvolvimento comunitário integrado, assente na participação, responsabilização e auto-gestão de processos de produção do bem público local e de geração da prosperidade material da comunidade, dos indivíduos e dos grupos, que dela façam parte. Além de contribuir para a satisfação das necessidades das associações e comunidades com as quais interagem, as ONGs desempenham uma função política, uma vez que trabalham para mudanças sociais globais, influenciando políticas públicas. As ONGs podem ser associações de base ou de primeiro grau, isto é, criadas diretamente por indivíduos ou de grau superior, mais conhecidas por ‘organizações-chapéu’, criadas por associações de base, dotadas de personalidade jurídica ou não, e que tenham por missão e objetivos assegurar o apoio técnico, material, financeiro, institucional, formativo/educativo às associações-membro ou filiadas. Na sua missão de promover e intermediar no processo de desenvolvimento na base, as ONG mobilizam recursos que se destinam às

---

<sup>5</sup> [www.thegef.org](http://www.thegef.org), ultima consulta 17/12/2014

associações, aos grupos sociais e às comunidades locais e procuram influenciar políticas públicas em benefício das populações carenciadas” (Plataforma das ONGs de Cabo Verde 2009, 7).

2 – As Associações Comunitária de Base são “associações criadas com a missão e objetivos de promover o desenvolvimento integrado de uma determinada comunidade ou de um agrupamento de comunidades que integrem a mesma área territorial. Estas associações podem, tanto assegurar a prestação de serviços de interesse comunitário, como realizar atividades que proporcionem emprego e rendimentos aos seus associados. Gerindo uma parte considerável do emprego público comunitário, as ABC se apresentam como provedoras de serviços coletivos nas comunidades locais, tanto rurais, como urbanas ou peri-urbanas” (Plataforma das ONGs de Cabo Verde 2009, 8).

## **2 – O GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - SMALL GRANTS PROGRAMME: VINTE ANOS DE AÇÕES COMUNITÁRIAS**

O GEF, como já se fez referência, foi criado em 1991. Na sua constituição estiveram envolvidos 182 Governos, em parceria com Instituições Internacionais, Organizações da Sociedade Civil e o setor privado e até a presente época alocou \$ 10 bilhões em mais de 2.800 projetos em 168 países em desenvolvimento (UNPD 2012).

A Direção do GEF foi estabelecida pela Assembleia dos países participantes, e reúne a cada três anos. Essa Assembleia é dirigida por um Conselho formado por representantes de trinta e dois países, que por sua vez, reúne duas vezes por ano, e por um Secretariado independente. A unidade do GEF fica situada na sede da UNPD em Nova Iorque e gere todas as atividades do GEF, incluindo o SGP, sendo que o Coordenador Executivo do UNPD GEF e o/a seu/sua vice, são responsáveis por todas as atividades do GEF perante o Conselho e o Secretariado (SGP 2012<sup>6</sup>).

As parcerias do GEF a nível Global incluem dez agências: o United Nations Development Programme (UNDP); o United Nations Environment Programme (UNEP); a World Bank; a United Nations Food and Agriculture Organization (FAO); a United Nations Industrial Development Organization (UNIDO); o African Development Bank; o Asian Development Bank; o European Bank for Reconstruction and Development; o Inter-American Development Bank; and o International Fund for Agricultural Development.

O Small Grants Programme é parte integrante do GEF Corporate Business Plane e a sua criação foi aprovada pelo Conselho do GEF, implementado em nome do GEF pelo UNDP e executado pelo UNOPS. A sua ação é planeada de acordo com o mandato do GEF e as propostas de refinanciamento anual são baseadas em planos de trabalho que são submetidos ao Conselho do GEF através do seu Secretariado (SGP 2011).

O Programa GEF SGP foi lançado em 1992 durante a United Nations Conference of on Environment and Development (conhecida como “Rio 92”) seguindo o princípio de que soluções ambientais mundiais geralmente possuem maior viabilidade se as comunidades locais estiverem ativamente envolvidas e os benefícios forem direcionados ao nível local. O GEF, como já vimos, ocupa-se de grandes projetos ambientais que são implementados em

---

<sup>6</sup> [www.sgp.undp.org](http://www.sgp.undp.org), ultima consulta 15/2/2014

colaboração com Governos e Instituições Nacionais. Por isso, representantes da Sociedade Civil junto com o UNDP propuseram o SGP como uma oportunidade para as Organizações Não Governamentais e as Organizações da Sociedade Civil locais de trabalharem em projetos menores mas onde as comunidades sejam as protagonistas.

O SGP financia projetos cujos objetivos sejam incluídos nas suas cinco áreas de atuação: conservação da biodiversidade, mudanças climáticas, proteção de águas internacionais, degradação de terras e eliminação de poluentes orgânicos persistentes (UNDP 2012).

O limite máximo do montante das subvenções foi fixado em \$50.000, montante que tem provado ser um teto adequado para financiamento de ONG e Associações Comunitárias de Base ao longo dos 20 anos do programa, com valores médios de subsídios de menos de \$20,000.

As operações do GEF são da responsabilidade de três agências de execução: O UNPD, UNEP e o Banco Mundial, cada um funcionando sob a sua própria estrutura e próprios arranjos institucionais. O SGP, como parte integrante do GEF, é implementado pelo UNPD e executado pelo UNOPS (SGP 2012a).

O Central Programme Management Team (CPMT) do SGP é composto pelo Global Manager, Deputy Global Manager, Programme Officers, Knowledge Facilitador, Programme Assistant e, se forem necessários, consultores. Este órgão é responsável pela gestão geral do programa, fornece as orientações operacionais e apoia os programas nacionais (Country Programmes), decide a implementação do SGP em novos países e reporta as informações para o Conselho quando necessário.

O Global Manager e o/a seu/sua vice são responsáveis pela gestão global do SGP, pela coordenação e apoio aos programas nacionais e pela supervisão e avaliação do trabalho dos coordenadores nacionais. Devem zelar pelo alcance dos objetivos dos planos de trabalho anuais, providenciar assistência técnica ao nível nacional, fazer visitas de supervisão, avaliação, controle e resolução de problemas de acordo com a GEF SGP Monitoring and Evaluation Framework, fazer revisões periódicas das estratégias nacionais verificando se estão de acordo com os GEF Operational Strategy and Programs, colaborar com os escritórios nacionais do UNDP, com os coordenadores nacionais SGP e UNOPS para melhorar e simplificar a gestão e os procedimentos administrativos a nível estadual. Possui ainda a

responsabilidade de mobilizar recursos e estratégias de comunicação a nível global e elaborar os relatórios para o Conselho e o Secretariado.

O Global Manager também colabora com o Executive Coordinator do GEF UNDP na criação de ligações com outras iniciativas do GEF, do UNDP e de ONGs e fundações nacionais.

Os Programme Officers são responsáveis para a orientação global sobre as Áreas Temáticas e as Áreas Focais e para manter informadas as equipas nacionais sobre as eventuais mudanças dos planos operacionais.

## 2.1 – Um olhar aproximado: mudanças e resultados do SGP

A título ilustrativo, consideramos de interesse apresentar aqui o cronograma relativo às atividades do SGP internacional, entre os anos de 1992 a 2014.

### SGP Timeline



Fig. 1. Cronograma das atividades do SGP internacional (1992- 2014)

fonte: [www.sgp.undp.org](http://www.sgp.undp.org)

O SGP, como já se foi dando a compreender, é um programa que opera a nível global há 20 anos. A sua fase piloto teve a duração de 4 anos (1992 a 1996) e durante esse período, os programas do GEF foram implementados em 33 países.

As estruturas de dinamização dos programas foram em regra sediadas nas instalações do UNDP nos países de acolhimento, e nalguns casos também em ONGs nacionais de

acolhimento (Host Institutions - HI), sob a responsabilidade dos National Coordinators (NC) e dos National Steering Committees (NSC).

Os objetivos da fase piloto foram a instalação de um sistema descentralizado e transparente de concessão de pequenas subvenções a nível local e a promoção de iniciativas de sensibilização sobre o meio ambiente que explicassem a conexão entre às necessidades locais com os objetivos ambientais globais. Os principais fatores que influenciaram a implementação dos Programas ao nível de cada país (nível nacional) foram: o estado de desenvolvimento das ONGs e das ACB, as condições socioeconómicas e ambientais específicas de cada contexto nacional e o suporte recebido pelos UNDP CO e/ou pelas HI.

Durante essa fase, 80% dos projetos alcançaram ou estavam prestes a alcançar os objetivos prefixados; o 8% encontraram dificuldades moderadas; 9% dos projetos requereram a redefinição e somente 3 % foram considerados incapazes de alcançar os próprios objetivos.

Os principais problemas encontrados foram a baixa percentagem de projetos aprovados para o financiamento (somente o 11.5% de todas as propostas recebidas) e a pressão em cima dos NC que, sendo o fulcro das equipas nacionais, fizeram um enorme esforço para divulgar, organizar e gerir os programas, fato que levou a uma significativa exaustão. Também foi detectada nos Head Quarters (HQ), uma falta de funcionário para desempenhar todas as funções de gestão requeridas (UNDP 1996)

A primeira fase operacional (OP1, 1996-1998) foi lançada em 1º de Junho 1996 com um montante total disponível de \$24 milhões. O programa expandiu-se de 33 a 45 países com mais de 800 novos projetos implementados. Na parte final da OP1, foi elaborado um documento sobre as Diretrizes Operacionais onde foram inseridas as "boas praticas", de modo a evitar problemas a nível financeiro, administrativo e mesmo operacional. Este documento representa as bases da implementação do programa.

Na OP1, seja nos HQ seja nos Programas Nacionais, os problemas ligados à insuficiência de funcionários persistiram talvez porque, em parte, derivavam da escassez de recursos disponíveis. Foram ainda detectadas algumas dificuldades relativamente ao entendimento, por parte das comunidades, das conexões entre as necessidades locais e os benefícios ambientais globais, fato que resultou nalguma tensão concernente às prioridades locais e os objetivos globais do GEF.

O Programa foi, no entanto, considerado como um método inovador para providenciar financiamentos para projetos comunitários orientados para a defesa do ambiente e o reforço de capacidades.

Durante a segunda fase operacional (OP2, 1999-2004) do SGP, o número de países participantes chegou aos 63, aplicando-se sempre abordagens cada vez mais focadas e estratégicas para aumentar o impacto e a sustentabilidade das suas intervenções. Essas abordagens foram conceituadas e implantadas através do Monitoramento Global, estratégico e avaliação, e os quadros de mobilização de recursos, os quais foram elaborados em consulta com os National Coordinators e os Comités Nacionais de Pilotagem (UNDP 1998).

O relatório da Terceira Avaliação Independente (UNDP 2003) do SGP põe a atenção sobre a abordagem descentralizada e participativa do programa como meio para alcançar a sustentabilidade dos projetos e realça ainda os impactos indiretos do SGP, como o aumento de autoconfiança das ACB e das ONGs devido às capacidades adquiridas durante a implementação dos projetos. A criação de parcerias com o setor privado, instituições acadêmicas e fundos de defesa do ambiente também é um fator importante para a sustentabilidade dos projetos após o fim do financiamento do SGP enquanto eles podem representar potenciais, futuros investidores. Em relação ao co-financiamento e a mobilização de recursos o objetivo para essa fase era de ter uma relação de 1:1, metade em espécie e metade em dinheiro, que foi amplamente superada de mais de 5 milhões enquanto o dinheiro mobilizado pelo programa foi \$ 54 milhões e o co-financiamento chegou a \$59.2 milhões.

As recomendações para a seguinte fase incluem a elaboração de critérios de admissão de novos países considerando o elevado número de programas já existente e o fato que os recursos financeiros eram ainda limitados. Também considerou-se que seria preciso mais esforços na divulgação dos resultados do programa e uma melhor eficiência dos métodos internos de partilhas de informação.

Na fase operacional 3 (OP3, 2005-2007), em resposta à crescente demanda de ajuda por parte dos países em desenvolvimento, especialmente dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Small Island Developing States - SIDS) e os Estados menos Desenvolvidos (Least Developed Countries - LDC), o SGP expandiu-se até os 101 Estados. Começou-se também a considerar o fecho de programas com mais de 8 anos ou o *scaling-up*



de projetos que alcançaram um bom nível de eficiência e autonomia para GEF Medium Size Projects (MSP) ou Full Size Projects (FSP).

Os dados numéricos de satisfação dos projetos revistos na Joint Evaluation of the GEF Small Grants Programme (UNDP 2008) apresentam uma percentagem de 90% de sucessos e também uma baixa percentagem de projetos com um alto risco de sustentabilidade dos resultados. Considerando a relação de co-financiamento e a percentagem de satisfação dos projetos, considera-se que o SGP seja um instrumento muito valido no alcance dos benefícios ambientais globais através as ONGs e as Associações Comunitárias de Base dado que tem apresentado relações de custo-benefício muito positivas.

Na fase operacional 4 (OP4, 2007-2011) chegou aos 126 Estados participantes e demonstrou a capacidade de alcançar as comunidades mais pobres que receberam o 72, respeito ao 57% da Fase Piloto. No total, 39% das subvenções foram dadas para as Associações Comunitárias de Base (comparado com o 27% iniciais), o 60% dos subsídios para ONG' e o restante para outros tipos Organizações da Sociedade Civil.

Desde a sua criação em 1992 até 2012 a distribuição dos projetos por áreas focais foi a seguinte: 51% conservação da biodiversidade, 18% mudanças climáticas, 5% proteção de águas internacionais, 13% degradação de terras, 2% eliminação de poluentes orgânicos persistentes e 11% projetos multi-focais.

A distribuição dos projetos por continentes em América Latina foram realizados 31% dos projetos, em África o 24%, Ásia e Pacífico o 25%, Europa e Comunidades dos Estados Independentes 13% e Estados Árabes o 7%.

No total, o SGP financiou mais de 2.900 projetos relacionados com a proteção e a gestão sustentável das florestas, suportou projetos com base comunitária que levaram a proteção de mais de 13.000.000 hectares de florestas e ajudou comunidades locais na recuperação de mais de 1.700.000 hectares de florestas degradadas. Além disso, criou benefícios económicos pelas comunidades participantes através da melhoria das condições dos terrenos agrícolas e a certificação de produtos e produtores, o acesso aos mercados através de empresas comunitárias ou cooperativas, e o crescimento das mesmas através do reinvestimento dos rendimentos e a criação de trabalhos temporários durante o período de implementação de projetos.

Foram declaradas completadas as operações em oito Estados com a redação de alguns documentos sobre as lições aprendidas e os resultados alcançados.

Os benefícios sociais não são numericamente quantificáveis e incluem a melhoria das condições de mulheres e comunidades indígenas ou comunidades isoladas que anteriormente eram excluídas das atividades econômicas rentáveis mas, através dos projetos do GEF conseguiram participar nestas atividades ou até liderá-las. Também foram fortalecidas as capacidades das ACB de organização e de implementação, seguimento e avaliação de projetos (UNDP 2012)

A fase operacional 5 (OP5) começou com atividades a decorrer em 104 Programas Nacionais e 4 Programas sub-regionais incluindo 18 Estados. Começou oficialmente em Janeiro 2011 mas os financiamentos dessa fase foram disponibilizados só em Abril. Nove Programas Nacionais foram transformados em FSP e 6 novos países foram aprovados para começar as atividades. Uma mudança importante que houve na OP5 foi que, além das normais atividades de reforço de capacidades incluídas nos projetos, o SGP começou a financiar projetos propriamente de Desenvolvimento de Capacidades dentro da área multifocal para aumentar a conscientização das comunidades sobre assuntos ambientais, para partilha de conhecimentos e para organização de atividades de formação.

Melhorou também a parte de gestão dos conhecimentos e comunicação com a organização de seminários de troca de experiências em todos os continentes e a publicação de vários relatório globais e nacionais e pequenos documentários publicados na internet.

Nessa fase os principais problemas encontrados foram as dificuldades de instaurar parcerias, os atrasos no desembolso dos financiamentos da OP5 e os problemas de *understaffing* e de *burnout* que persistem e, consequentemente levam a uma situação de instabilidade das equipas nacionais que são em contínua mudança e necessitando de formações (UNDP 2012).

Em síntese, desde a sua criação, o SGP passou de 33 para mais de 168 países onde implementa as suas atividades. A sua estrutura é bastante descentralizada de modo a conferir aos Programas Nacionais mais autonomia com o objetivo de facilitar a sua melhor adaptação aos diferentes contextos nacionais. Ao longo dos seus 20 anos de atividades o SGP deu um grande contributo para o desenvolvimento sustentável em todo o planeta através da sua ação nas áreas temáticas de conservação da biodiversidade, mudanças climáticas, proteção de

águas internacionais, degradação de terras, e eliminação de poluentes orgânicos persistentes. Os projetos do SGP proporcionam várias oportunidades de reforço de capacidades dos *stakeholders* locais na tentativa de garantir a sustentabilidade dos projetos também após a conclusão dos financiamentos. Contudo, existem especialmente dois problemas que persistem no Programa e que são evidenciados em todos os relatórios analisados, ou seja a sobrecarga dos National Coordinator e a insuficiência de recursos financeiros.

### **3 – SGP CABO VERDE: FUNCIONAMENTO E INTERVENÇÃO LOCAL**

Cada Programa Nacional trabalha diretamente com as comunidades locais procurando tirar proveito dos seus saberes e conhecimentos e, ao mesmo tempo, organiza formações e workshops sobre as medidas de defesas do meio ambiente. Além disso, incentiva a criação de redes de ONGs e Associações comunitárias de Base e trabalha junto aos Governos para alcançar as prioridades ambientais nacionais. Muitas vezes os projetos do SGP constituem-se em centros de formação onde as comunidades locais partilham os conhecimentos adquiridos e demonstram as técnicas aplicadas nos projetos. Assim sendo, tornam-se lugares onde os políticos e os agentes do desenvolvimento podem observar métodos e técnicas utilizados pelas comunidades e, eventualmente, ajuda-las a replicar ou amplificar as boas praticas e as lições apreendidas.

Os organismos que atuam ao nível nacional são o UNPD Country Office (CO), o National Coordinator (NC) ou Sub-regional Coordinator (SRC) - dependendo da área de atuação do SGP, se é nacional ou se inclui vários países - o National Steering Committee (NSC) ou Sub-regional Steering Committee (SRSC) e o National Focal Group (NFG).

O CO fornece apoio na gestão dos programas nacionais do SGP. O Resident Representative de cada Country Office assina um protocolo para servir de SGP Focal Point e o seu delegado participa no NSC/SRSC. Os CO contribuem no monitoramento das atividades do programa, fornecem serviços de apoio administrativo e financeiro incluindo o recrutamento do NC/SRC e dos membros do NSC/SRSC e do NFG.

Na maioria dos países, o SGP é situado nas instalações do UNPD, mas pode também ser instalado numa National Host Institution (HI), com a qual é assinado um subcontrato. Nesse caso, o papel da HI pode ser puramente locacional ou pode ser responsável do fornecimento de alguns serviços específicos, previamente concordados seguindo um contrato de serviços assinado com o UNOPS. Em ambos os casos a HI não é autorizada a utilizar os fundos do SGP. Pode ser uma ONG Chapéu local, um fundo de conservação do meio ambiente ou uma Instituição acadêmica/científica independente. As HI são selecionadas considerando a sua credibilidade a nível nacional e a sua colaboração com outras ONGs e organizações da sociedade civil. Na seleção considera-se também a experiência em processos de desenvolvimento participativo e baseados na colaboração com as ACB, experiência em

gestão e seguimento de projetos e compatibilidade com os objetivos e as funções de concessão de subsídios do SGP, GEF e UNDP.

O NC é responsável pela gestão e implementação do programa nacional /sub-regional e, na maioria dos países, trabalha junto a um Programme Assistant (PA). As suas funções são de promover os objetivos do programa entre as ONGs e as ACB, elaborar, revisar e implementar as Country Programme Strategy, assistir e dar apoio técnico as ONGs e ACB na elaboração e implementação dos projetos através de visitas de acompanhamento. Tem ainda a responsabilidade de reportar diretamente ao SGP Global Manager sobre assuntos técnicos e estratégicos e ao UNOPS Portfolio Manager sobre assuntos administrativos e financeiros. Juntamente ao UNPD CO, o NC é responsável por todas as despesas do orçamento operacional do país e das subvenções dos projetos. Sob a supervisão da UNOPS deve assegurar a transparência na utilização dos recursos financeiros, por isso, não podem assinar legalmente os Memorandum of Agreement (MOA) e nenhum tipo de contrato de acordo, cuja responsabilidade pertence ao Resident Representative. O SGP organiza Global Meetings para os NC e encoraja-os a participar de seminários e formações nos respetivos países, especialmente se isso puder ajudar com a visibilidade do SGP.

O National Steering Committee é composto por voluntários provenientes de ONGs locais, Organizações da Sociedade Civil, Instituições Científicas ou Académicas, o CO e os representantes dos Governos e ficam em carga por um período de dois anos. Nos países onde houve recente implementação do programa, os NSC são selecionados formalmente pelo UNPD Resident Representative.

A maioria dos membros vem do setor não governamental e, dentro deste grupo, é importante a presença de técnicos das cinco áreas focais do GEF, ou seja: Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Águas Internacionais, Gestão Sustentável dos Recursos da Terra e Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs). Em alguns casos, é potencialmente interessante incluir nos NSC um ou mais representantes do setor privado para ilustrar possibilidades de co-financiamento e providenciar um ponto de vista alternativo sobre como colocar as atividades financiadas pelo GEF num contexto mais amplo de economia e mercado internacionais. O NSC, em colaboração com o NC, contribui na elaboração das Country Programme Strategy (CPS) de acordo com a Global Strategic Framework e as prioridades ambientais nacionais.

O NSC são responsáveis pela aprovação dos projetos e são encorajados a fazer visitas de terreno antes da seleção para avaliar a sustentabilidade dos mesmos. Normalmente, às ONGs ou Instituições que têm representantes no NSC não é permitido apresentar propostas de projetos apesar dos países de recente implementação do programa ou onde a comunidade das ONGs é ainda reduzida. Neste caso, o seu representante será excluído da decisão de aceitação do mesmo.

Devem conduzir avaliações bienais do programa e identificar histórias de sucesso do programa, tal como lições aprendidas que podem ajudar ao melhoramento do programa nacional. Portanto, devem divulgar informações sobre o GEF através das redes nas quais estão envolvidos (SGP 2012<sup>7</sup>).

A Country Programme Strategy é um documento que precisa ser elaborado antes das atividades do programa começarem, para assegurar a congruência com o SGP Project Document e a Global Strategy Framework. Nos países de nova implementação, a elaboração da CPS é uma das primeiras tarefas do NC em acordo com o NSC. Em todos os casos, é importante o envolvimento de todos os *stakeholders* nacionais, porque a elaboração/revisão da CPS é um documento básico para:

- Entender a missão e os objetivos estratégicos do GEF SGP;
- Assegurar que as atividades sejam claramente relacionadas com os objetivos gerais do GEF e possam vir a beneficiar nas suas áreas focais;
- Adaptar o Strategic Framework e o Project Document às circunstâncias e prioridades nacionais;
- Fornecer um quadro estratégico de alocação dos recursos e guiar a implementação do programa;
- Construir as bases para uma avaliação dos impactos e as realizações do projeto.

O processo de desenvolvimento ou revisão da CPS é um importantíssimo exercício de capacitação que fortalece as habilidades dos *stakeholders* nacionais sobre assuntos ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Ao todo, este protocolo dura mais ou menos 6 meses:

---

<sup>7</sup> [www.gefsgp.org.cv](http://www.gefsgp.org.cv) ultima consulta 15/12/2014

- Brainstorming inicial com os NSC/SRSC;
- Apresentação e discussão com os principais *stakeholders* nacionais;
- Preparação de um rascunho e circulação do mesmo;
- Apresentação do rascunho para o SGP Global Manager;
- Se necessária, outra revisão para preparação da versão final a apresentar ao SGP Global Manager;
- Acabamento e circulação da versão final da CPS.

Depois da revisão da CPS, cada programa nacional tem de elaborar o SGP Programme Announcement que inclui as SGP Preparation Guidelines definindo quais os critérios de elegibilidade dos projetos, o calendário de apresentação das propostas e os formatos dos formulários e das propostas de projeto. O custo de cada projeto não pode superar os 50.000\$.

O desenvolvimento, implementação e administração dos projetos seguem o seguinte protocolo:

- a. Uma vez aprovada a CPS, os NC/SRC e os NSC/SRSC preparam os Eligibility Criteria and Guidelines para os formulários e propostas de projeto;
- b. Divulgação da informação sobre os critérios de elegibilidade e sobre como elaborar e apresentar os formulários;
- c. Identificação por parte das ACB e ONGs dos problemas e desafios relacionados com as áreas focais do GEF e com o Programa Operacional;
- d. Preparação dos formulários por parte das ACB/ONGs que, em caso de duvidas, podem consultar os NC/SRC;
- e. Revisão dos formulários e planejamento do desembolso dos subsídios autorizados;
- f. Elaboração da proposta de projeto por parte dos proponentes;
- g. Fase de seleção dos projetos. O NSC fazem a revisão das propostas de acordo com os critérios de elegibilidade e podem rejeitar, aprovar ou mandar reformular os projetos;
- h. Assinatura dos MOA entre o beneficiário e o UNDP Resident Representative em nome do UNOPS. O UNOPS recebe os MOA e o pedido de desembolso da primeira tranche do subsídio;
- i. Implementação do projeto e monitoramento participativo;

- j. Desembolso das seguintes tranches, baseadas nos relatórios técnicos e financeiros;
- k. Avaliação participativa dos efeitos do projeto nas áreas focais do GEF e dos benefícios globais;
- l. Divulgação e aplicação das lições aprendidas e das boas práticas utilizadas pelos *stakeholders* durante o projeto.

Uma vez selecionados os formulários, o NC tem de dar assistência às ACB na elaboração das propostas de projeto e de orçamento. Depois da aprovação dos projetos, o NC deve preparar um cronograma de desembolso para enviar a UNOPS junto as cópias de todos os MOAs. Em particular, devem privilegiar as comunidades mais desfavorecidas e isoladas e atuar onde não estão presentes as condições básicas de desenvolvimento pessoal. Também o SGP deve tentar mobilizar outros recursos e outras organizações que possam ser interessadas em colaborar com co-financiamento, formações, assistência técnica e qualquer outra vertente que se revele necessária.

As subvenções podem ser transferidas somente em contas bancárias pertencentes à Associação, mas se esta última não possuir nenhuma conta, pode utilizar intermediários, que podem ser outra ACB ou alguma instituição parceira. Normalmente, o intermediário pode ficar com os 5% do total do financiamento do GEF, isto é, a parte reservada às despesas de gestão.

Os projetos podem ter uma duração de um a três anos e os MOAs de cada projeto devem estabelecer um cronograma de desembolso das tranches da subvenção, dependendo do valor da mesma, do período de duração e do plano de trabalho. Por exemplo, num projeto com duração de um ano, 30% da subvenção são entregues no momento da assinatura do MOA, 30% depois do primeiro relatório dos progressos do projeto, 30% depois do segundo relatório e o 10% depois da aceitação do relatório final por parte do NC e do UNPD CO. Obviamente, o cronograma pode ser diferente, mas em todos os casos a primeira tranche não pode ser superior ao 50% do total. Os pagamentos são feitos em moeda local, entretanto, como os orçamentos são apresentados e aprovados em Dólares americanos, o valor da subvenção pode variar um pouco dependendo da flutuação da taxa de câmbio entre o dólar e a moeda nacional (SGP Cabo Verde 2012a)



Para analisar e monitorar o andamento dos projetos foi criada uma base de dados na Intranet do SGP onde os National Steering Committee, Sub-regional Steering Committee e National Focal Group a nível internacional fazem a atualização das informações mensalmente e é utilizado para partilhar informações sobre os projetos dos diferentes programas nacionais, mas também para comunicar com o GEF Council. Esta base de dados e o site do SGP incluem documentos visuais, relatórios das lições aprendidas e estudos de caso.

Os relatórios financeiros devem ser enviados para a United Nations Office for Project Services a cada três meses, com a descrição de todas as despesas do orçamento operacional do país na moeda nacional e em dólares americanos.

O NC tem de apresentar anualmente outro relatório de progressão do programa e dos projetos que complementa a informação que é inserida mensalmente na base de dados do SGP. Esse relatório inclui ainda os resultados dos esforços de mobilização de outros recursos externos ao GEF, melhorias na visibilidade do SGP e progressos no fortalecimento das relações com as ACB, os Governos e os outros parceiros, as lições aprendidas e as maiores dificuldades encontradas.

Anualmente são feitas auditorias em países selecionados pelo Central Programme Management Team e pela UNOPS sobre o a gestão financeira e administrativa do programa. A UNPD Office Of Audit and Performance Reviews e a UNOPS Legal Division preparam as diretrizes e os procedimentos para aplicar durante a auditoria e as comunicam para o UNPD Resident Representative dos países selecionados. O CO deve adaptar-se as diretrizes à situação específica do país, escolher e contratar um auditor local de acordo com a UNOPS.

### **3.1 – O impacto do SGP em Cabo Verde (2009-2012)**

O GEF SGP iniciou os contatos com o UNDP in Cabo Verde em 2006 e em meados de 2008 foi o National Coordinator do Mali que liderou a missão para averiguar as capacidades do país de implementação do programa. Só em 2009 as atividades começaram e durante esse ano foi selecionado o NC, oficialmente criado o National Steering Committee e foram organizados três workshops de informação com a participação de 75 Associações locais. Em relação à Country Programme Strategy, só foram completadas as primeiras duas sessões e partilhadas com o NSC e os participantes dos workshops.

O processo de atribuição das subvenções começou em Março 2010 e foram submetidas 167 propostas mas 117 foram eliminadas antes da revisão do NSC enquanto os objetivos dos projetos não eram congruentes com as orientações do programa. Os beneficiários foram 19 dos quais 11 Associações Comunitárias de Base e 4 ONGs: 8 em Santa Antão, 4 em Santiago, 3 em São Vicente, 2 no Maio e 2 em Boavista.

A percentagem de contrapartidas respeito ao montante concedido pelo SGP chegou ao 42% e todas as Associações conseguiram engajar pelo menos um parceiro. Visitas de acompanhamento e avaliação foram realizadas em todas as comunidades beneficiárias. No total conseguiu-se criar 185 postos de trabalho temporário.

Nessa fase o apoio do UNDP foi muito importante para o SGP enquanto contribuíram com \$12.000 em equipamento e apoio operacional mais o pagamento do salario da Assistente de Programa.

Foram organizadas mais sessões de informação e capacitação em todas as Ilhas e dois encontros de troca de experiências dos projetos de Santo Antão e São Vicente, que marcaram o inicio da criação da rede de projetos GEF SGP e dos núcleos de apoio nas duas Ilhas.

As fichas e os formulários das propostas de projeto foram atualizados de modo a serem mais fácil de preencher e quatro sessões de formação em elaboração de propostas de projeto aconteceram em 4 ilhas com pelo menos 80 pessoas capacitadas.

A nível nacional o SGP participou em reuniões de acompanhamento e planificação da unidade de Ambiente e Prevenção de Desastres Naturais, em um workshop de Turismo e Biodiversidade promovido pela Direção Geral do Ambiente e Direção geral do Turismo e estabeleceu contatos formais com a Rede de Parlamentares para o Ambiente, Luta Contra a Desertificação e a Pobreza sobre os desafios de implementação do Plano Nacional de Conservação das Tartarugas Marinhas na ilha do Fogo.

Os problemas encontrados incluem a falta de recursos humanos e financeiros que não foram suficientes para as visitas de acompanhamento. Também detectaram-se problemas logísticos de organização das capacitações de todos os proponentes selecionados e de partilha de informações com os outros atores chave por causa da própria insularidade do país que não facilita comunicações e deslocamentos (SGP Cabo Verde 2010).

No ano de 2011, ou seja o primeiro ano da OP5 houve uma mudança em relação à distribuição dos projetos por área focal, com uma grande maioria de projetos na área da Degradação de Terras, seguido das Mudanças Climáticas, a Biodiversidade e enfim os POPs. Concluíram-se os pagamentos dos 19 projetos do ano anterior e efetuou-se o desembolso das primeiras tranches dos 21 novos projetos. Os beneficiários foram na maioria em Santo Antão (33%), seguidos por Santiago (24%), São Nicolau e Fogo (14% cada uma) e São Vicente (5%). Também foi selecionado um projeto com abrangência regional e um com abrangência nacional.

Continuaram os encontros de capacitação para os proponentes e 10 projetos nas Ilhas de Santiago, São Nicolau e Fogo receberam apoio na sua elaboração.

Nessa fase foram elaborados vários documentos de apoio como a versão final da Country Programme Strategy, a Estratégia de Mobilização de Recursos, as Diretivas GEF SGP e todos os documentos do programa nacional foram atualizados.

A nível de comunicação, introduziu-se na base de dados a informação atualizada sobre todos os projetos, foi compilado e divulgado um documento sobre as lições aprendidas em 2013 foi recolhido material audiovisual para a produção de um documentário em parceria com o UNDP e foram organizadas trocas informativas com os National Coordinators da Guiné-Bissau, do Mali, do Senegal e do Brasil.

O SGP Cabo Verde conseguiu operacionalizar várias políticas nacionais nos seus projetos, ou seja, o Plano de Ação Nacional para o Ambiente II (PANA II), a Estratégia da Biodiversidade, o Plano Nacional de Conservação de Tartarugas, o Plano de Gestão dos recursos da Pesca 2004-2014, o Programa de Ação Nacional de Luta contra a Desertificação, o Programa Nacional de Adaptação às mudanças Climáticas e o Programa Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

Com os projetos implementados, no total foram geridos 6.112 ha de terra de forma sustentável, 326 famílias foram registadas como sendo beneficiárias de projetos financiados, 2111 pessoas resultaram como beneficiários em 10 projetos no Maio, Santiago, Boavista, São Vicente e Santo Antão. Ainda, foram criados 224 postos de trabalho temporário, dos quais 10 presumiu-se serem permanentes.

Os problemas encontrados nessa fase foram a insuficiência de fundos programáticos e operacionais, a necessidade de capacitar os membros do NSC, algumas dificuldades e morosidade no processo de seleção dos projetos e um sistema de acompanhamento e avaliação que não responde às necessidades do programa (SGP Cabo Verde 2011).

Em 2012 detectou-se uma clara melhoria na redação das fichas de projetos enquanto foram enviadas 72 das quais 68 encontravam-se em conformidade com os objetivos do programa. No mês de Outubro, enquanto os projetos da precedente vaga ainda não tinham acabado as atividades, foram selecionados mais 23 novos projetos com maior ênfase em Santiago, com 10 projetos, e no Fogo, com 9.

O 64% dos projetos aprovados foram implementados nas áreas protegidas, na maioria no Parque Natural da Serra Malgueta (com 635 beneficiários) e no Parque Natural do Fogo (com 894 beneficiários). No total, os montantes investidos pelo GEF beneficiaram 1687 pessoas nas Ilhas da Santiago, Santo Antão, São Nicolau e Fogo. Os hectares de terras degradadas reabilitadas ou reflorestadas foram 102, com a instalação de 45.353 plantas (das quais 8 espécies em perigo de extinção) e foram implementadas seis ações mecânicas de para o controlo da erosão.

As contrapartidas dos proponentes chegaram ao 48,72 %, muito a baixo da meta estabelecida do 70%. Por outro lado, especialmente em Santiago, algumas Associações demonstraram boa capacidade de mobilizar parceiros. Também o NSC incluiu outros parceiros, ou seja um membro da Câmara Municipal do Sal e um membro da Organização das Associações do Fogo (OAF).

Esse ano também viu a organização de dois ateliers de orientação e um de troca de experiências com as associações subvencionadas no primeiro ano da OP5.

O programa também capacitou 3 Associações na Ilha da Boavista e 9 Associações no Fogo na identificação e elaboração de projetos.

As lições aprendidas durante o ano em análise, levaram a uma reavaliação do montante máximo atribuído, das áreas geográficas e do número de projetos aprovados por vaga dado ter-se concluído que os projetos não deviam ser tão dispersos, de modo a aumentar os impactos ambientais em cada ilha. Também seria importante melhorar os contatos com

membros de Embaixadas ou de Organizações de Cooperação para melhorar as percentagem de co-financiamento, seja em espécie seja em dinheiro (SGP Cabo verde 2012).

Em 2013 foi prevista a implementação de dois novos tipos de subvenções com um montante máximo de \$50.000: uma subvenção, direcionada ao reforço de capacidades, e outra, para “feiras de conhecimento” com o objetivo de melhorar a comunicação interna, a divulgação do programa com outras instituições/organizações e a gestão do conhecimento adquiridos ao longo dos três anos de atividade do SGP em Cabo Verde.

Em jeito de síntese, pode dizer-se que desde 2009 o SGP Cabo Verde vem realizando projetos de desenvolvimento local junto a ONGs e Associações Comunitárias de Base, conjugando a melhoria das condições de vida da população local com objetivos de preservação do meio ambiente e dos seus recursos. As maiores dificuldades encontradas no andamento das suas iniciativas estão, pode considerar-se, ligadas à insularidade do país, que dificulta as comunicações e as deslocações. Apesar disso, a sua força reside na capacidade de envolver um relevante numero de voluntários (particularmente os National Steering Committee) nas suas iniciativas, os quais, ao longo dos quatro anos de desempenho do Programa, tiveram um papel determinante em apoiar e divulgar as ações do Programa.

#### **4 – NOTAS SOBRE AS OPÇÕES METODOLÓGICAS**

Como foi possível adiantar na introdução, este trabalho aproveita de uma experiência de voluntariado realizada na Ilha do Fogo entre Maio e Novembro de 2012, no âmbito de um projeto do Serviço de Voluntariado Europeu, que surgiu de uma parceria entre a ONG Estímulo, de Portugal, e a Organização das Associações da Ilha do Fogo (OAF), em Cabo Verde. No âmbito dessa parceria, fomos recrutadas quatro voluntárias para a Ilha do Fogo, e a colaboração com o SGP surgiu do fato de a OAF ser parceira do programa.

Importa especificar que o projeto de voluntariado em que estive envolvida não estava diretamente ligado ao SGP mas à Organização das Associações da Ilha do Fogo (OAF).

No âmbito do trabalho com esta Organização, pude desenvolver diferentes funções e observar vários processos de desenvolvimento comunitário, no âmbito dos quais pude realizar conversas informais (muito úteis) com grupos da população local e, ainda, aplicar algumas entrevistas semi-estruturadas a dirigentes associativos locais, assim como a elementos da população selecionados aleatoriamente de entre a população de treze Vilas diferentes na Ilha do Fogo, com o fim de alargar conhecimento seja, sobre as realidades e necessidades locais, seja sobre as próprias comunidades e os agentes com que melhor poderíamos contar enquanto dinamizadores locais dos trabalhos e da própria parceria.

A implementação do projeto no terreno, determinou a definição de um plano de ação investigativa que implicou a opção pelo uso de técnicas de pesquisa qualitativa a fim, de se conseguir obter um conhecimento mais profundo da realidade específica em que o SGP Cabo Verde está inserido. As entrevistas semiestruturadas, foram pois aplicadas apenas no trabalho diretamente ligado a OAF. Essa técnica de recolha de dados é caracterizada pelo emprego de uma lista de perguntas ordenadas, embora essa ordem possa ser alterada, consoante se proporcione o discurso. Aos entrevistados devem ser postas contudo as mesmas perguntas de modo a facilitar a comparação das respostas. Estas entrevistas tornam assim alguma flexibilidade e permitem, enquanto entrevistas, respostas livres e aprofundadas (Moreira 2007).

Normalmente, os trabalhos académicos pressupõem que o autor defina o objeto do estudo antes da realização do trabalho de campo. Deste ponto de vista, reconheço que a análise que aqui proponho fazer, inverteu um pouco as fases clássicas de elaboração de uma

tese de mestrado. Contudo, entende-se que, potenciar pela análise científica, conhecimentos de base prática previamente conseguidos, é também uma metodologia que permite a construção de conhecimento científico. Assim, podemos dizer que a primeira fase da minha pesquisa foi a observação da implementação dos projetos do SGP na Ilha do Fogo. Somente numa segunda fase, comecei a procurar material teórico de apoio para poder analisar o fenómeno e potenciar todos os conhecimentos adquiridos num trabalho académico.

Em termos de técnicas de recolha de dados, para além das conversas informais e as entrevistas semi-estruturadas a que atrás nos referimos, foi também utilizada a estratégia da observação participante. Moreira (2007, 175), explica que a estratégia de trabalho de campo acaba frequentemente por se confundir na prática da observação participante porque “... o investigador insere-se no contexto social e cultural que pretende estudar, viver *como* e *com* as pessoas objeto de estudo, partilha com elas a quotidianidade, descobre as suas preocupações e as suas esperanças, as suas concepções do mundo e as suas motivações, com o propósito de obtenção de uma «visão de dentro» que permite a *compreensão*. [...] O investigador de campo nunca é, efetivamente apenas um observador participante. É simultaneamente um entrevistador ativo, um analista que contrasta, sobre os mesmos temas, os dados produzidos a partir de inquéritos, documentos, observação e experiência participativa”.

No que concerne à pesquisa bibliográfica, foram consultados textos com abordagens de teor mais geral sobre a matéria, e alguns textos que visam a discussão sobre a evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Em relação ao SGP em si, não foi encontrada produção académica, pelo que vão ser tomados como referência os relatórios da mesma instituição cuja análise foi de grande valor para este estudo.

Desta forma, numa classificação genérica das fontes de dados, os elementos da observação de terreno podem ser considerados *dados primários*, uma vez que representam os dados mais valiosos da investigação, e os documentos escritos podem ser considerados como *dados secundários*, que são dados que, mais uma vez segundo Moreira (2007), podem incluir documentos institucionais, pessoais e audiovisuais.

Com o auxílio da informação recuperada a partir dos relatórios, foi feita uma análise da instituição do GEF SGP numa perspectiva top-down, ilustrando como ela funciona

partindo dos organismos centrais até aos núcleos nacionais. Ainda, foram ilustradas as principais etapas e inovações do Programa, desde 1992, até aos dias de hoje.

Posteriormente, descrevi o funcionamento do SGP em Cabo Verde e os papéis dos membros equipa nacional. Apresentei também uma análise sobre a evolução do mesmo, com enfoque especial nos anos de 2009 a 2012, utilizando-se para tal os seus relatórios nacionais.

Em seguida proceder-se-á uma observação bottom-up, partindo da experiência obtida a partir do trabalho realizado na Ilha do Fogo juntamente com as comunidades. Em particular serão sublinhados dois exemplos, o primeiro é a elaboração do projeto da Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Estância Roque (ACDER), uma aldeia que se encontra nas zonas altas da ilha. O segundo é a Organização do Atelier Nacional de Troca de Experiência das Associações beneficiárias da primeira vaga de projetos aprovados em 2012.

Nesta dissertação pretende ilustrar-se o caso da experiência do GEF em Cabo Verde. A um nível mais geral, essa ilustração será feita com base na leitura dos relatórios nacionais, a um nível mais particular, a ilustração será conseguida a partir da informação relativa ao projeto de Estância Roque e ao Atelier que foram presenciados na Ilha do Fogo, onde se observou o funcionamento do SGP no contexto local.

A experiência de campo permitiu-nos apreciar que, além do contributo financeiro, o SGP, a partir das suas estratégias de ação, acrescenta uma vertente que nos parece ser muito importante para o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde (Ilha do Fogo), ou seja, procura inserir-se no contexto local. Assim importa atender à questão do reforço de capacidade como meio para alcançar a sustentabilidade das medidas de gestão (sustentável) do solo após a conclusão formal dos projetos do SGP.

Partindo da experiência de terreno, definimos então como Objetivo Principal deste trabalho, compreender qual o real contributo do Programa das Pequenas Subvenções de Cabo Verde, para o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde, nomeadamente no que respeita às necessidades recenseadas nas localidades da Ilha do Fogo onde foi implementado o projeto.

Para melhor auxiliar na pesquisa, defini quatro objetivos secundários que, considero, poderão orientar o estudo em busca de respostas para se alcançar o Objetivo Principal. São esses quatro objetivos, os seguintes:



- a) Perceber como o SGP funciona internamente e qual a ligação entre os organismos centrais (em Nova Iorque) e os organismos nacionais;
- b) Compreender, por um lado, qual o nível de autonomia concedido aos Comitês nacionais do SGP por parte dos organismos centrais (em Nova Iorque) e, por outro, qual a integração do SGP no contexto local;
- c) Ilustrar como é que instituições financiadoras e as associações locais podem colaborar para alcançar os objetivos de melhoria das condições de vida das populações e de defesa do meio ambiente;
- d) Através da experiência de campo na Ilha do Fogo reconhecer qual a vertente do SGP que se afigura melhor poder contribuir para o desenvolvimento sustentável a nível comunitário.

A partir da informação conseguida, procuraremos compreender ainda se a contribuição financeira do SGP é condição insuficiente para o alcance dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e se a participação das comunidades locais (os conhecimentos endógenos) potencia de fato, os resultados dos projetos.

## 5 – A EXPERIÊNCIA NA ILHA DO FOGO E AS INTERVENÇÕES JUNTO ÀS COMUNIDADES

Neste capítulo entendemos fazer uma abordagem da intervenção prática do trabalho do GEF-SGP na Ilha do Fogo, do seu funcionamento e processo de implementação assim como a monitorização que se faz dos projetos. Deter-nos-emos em dois exemplos em particular: a elaboração do projeto da Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Estância Roque (ACDER) e a organização do Atelier de troca de experiências em São Filipe, uma vez que foram duas das atividades em que estive mais diretamente envolvida.

Antes de entrar mais diretamente na análise destes trabalhos, considero importante recordar que o projeto de voluntariado em que eu estive envolvida surgiu no âmbito do Serviço de Voluntariado Europeu, um programa que financia projetos de desenvolvimento na Europa ou projetos propostos por ONGs europeias que pretendam trabalhar em parceria com ONGs extra-europeias por meio do estabelecimento de parcerias. No caso em que pude participar, a parceria foi constituída entre a ONG Estímulo de Portugal e a Organização das Associações da Ilha do Fogo (OAF) em Cabo Verde.

O projeto em causa teve como título de *“Jovens djunto pa um sociedade civil midjor”* (jovens juntos para uma sociedade civil melhor) e tinha como objetivo, dinamizar a OAF que é a Organização chapéu das Associações Comunitárias de Desenvolvimento da ilha do Fogo, portanto o seu papel é o de representar, orientar e dar assistência às ACB da Ilha. É preciso especificar que, ao longo dos seis meses de voluntariado (de Maio a Novembro de 2012), desenvolvemos várias atividades junto a OAF, dentro das quais, a dinamização da colaboração com o SGP, ligação que surgiu pelo fato da OAF ser um membro do National Steering Committee de Cabo Verde.

Para contextualizar a experiência no Fogo vou explicar quais foram as atividades realizadas pelos voluntários no âmbito do Serviço de Voluntariado Europeu, atividades por meio das quais pudemos compreender melhor a realidade da Ilha. Posteriormente vou focalizar-me sobre as duas atividades desenvolvidas diretamente com o SGP ou seja, a elaboração do projeto da Associação Comunitária de Estância Roque e a organização do Atelier de troca de Experiências.

### **5.1 – *Jovens djunto pa um sociedade civil midjor*” - um instrumento de dinamização da Organização das Associações da Ilha do Fogo (OAF)**

*Jovens djunto pa um sociedade civil midjor* foi o título do projeto de voluntariado em que, a par com mais três voluntárias, me vi envolvida. A escolha da Ilha do Fogo como unidade territorial de ação, foi determinada pela ONG Estímulo de Portugal antes da seleção dos voluntários.

Ao grupo de voluntárias, foi dada responsabilidade (e autonomia) para propor um projeto de dinamização da OAF, uma vez que esta Organização carecia de apoios no sentido de poder fazer um melhor trabalho junto das comunidades.

Desta forma, a equipa de voluntariado optou por definir um plano de ação que passou por:

- Elaboração de um diagnóstico sobre as ACB;
- Realização de visitas às ACB e as suas comunidades para conhecer melhor a sua realidade e fazer o levantamento das necessidades;
- Realização de reuniões com organizações e instituições presentes na ilha do Fogo para conhecer o seu papel e as possibilidades de colaboração com a OAF;
- Criação e dinamização de um plano de reestruturação e de organização interna da OAF através da organização de alguns encontros com os presidentes das ACB pertencentes aos Órgãos Sociais da OAF.
- Preparação de metodologias de participação ativa à utilizar durante os encontros com os líderes associativos.

#### **5.1.2 – A implementação do projeto de dinamização da OAF**

A OAF, situa-se geograficamente na cidade de S. Filipe, no Fogo, tendo sido esta a base territorial a partir da qual se desenvolveram os trabalhos.

A equipa de voluntárias passou então à ação, com base no plano de atividades previamente definido, tendo-se começado pela realização de uma reunião com os Órgãos Sociais da OAF (os presidentes das Associações envolvidas na OAF). Paralelamente íamos ganhando algum conhecimento sobre os quotidianos locais, participando e observando as dinâmicas quer da organização, quanto das próprias populações, quer de S. Filipe, quer de outras localidades da Ilha do Fogo, que visitávamos amiúde.

Acabámos por realizar durante este período, dezoito entrevistas aos presidentes das ACB e oitenta e oito entrevistas aos moradores das respetivas comunidades.

A princípio tínhamos definido que íamos entrevistar três mulheres e três homens escolhidos de maneira aleatória dentro da comunidade, aconteceu, contudo, que fizemos as entrevistas numa altura de chuvas e sementeira e os moradores passavam a maioria do tempo nos campos. Por essa razão só conseguimos aplicar entrevistas em 15 comunidades das 18 programadas, sendo que as mulheres se constituíram em 52,3% do universo de entrevistados e os homens em 47,7% do mesmo.

Paralelamente, a equipa de voluntárias foi contatada por um professor da Universidade de Cabo Verde que veio propor que cada uma das voluntárias, no âmbito do projeto, co-orientasse os estágios curriculares de quatro alunos do curso Superior Profissionalizante de Desenvolvimento Social e Comunitário da Universidade de Cabo Verde.

Importa explicar que aqueles alunos tiveram um papel fundamental na aplicação das entrevistas dado que, especialmente no interior da Ilha, as pessoas não falam português, pelo que os estudantes nos ajudaram a aplicar as entrevistas e a traduzi-las para português aquando das transcrições.

Todas estas atividades foram muito úteis para se compreender mais profundamente a realidade da Ilha do Fogo, nomeadamente a realidade no tocante às questões relacionadas com o associativismo e as dinâmicas de interação entre os moradores das comunidades e os líderes associativos, questão que nos interessava muito particularmente.

## **5.2 – Elaboração do projeto da Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Estância Roque**

Durante a experiência de voluntariado, foi feito o primeiro contato com o SGP através do presidente da OAF. A partir desse contato deu-se início a uma colaboração mais próxima entre as duas instituições, uma vez que o SGP é a entidade financiadora dos projetos e foi a ele que as propostas de projetos das Associações-membro da OAF acabaram por ser submetidos.

Importa sublinhar que foi neste processo de submissão das propostas que o projeto da Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Estância Roque (ACDER), que aqui analiso mais detalhadamente, foi selecionado e depois acompanhado (ao nível de uma melhor revisão da sua apresentação e estrutura) por mim.

Estância Roque é uma aldeia que se encontra na zona de amortecimento (cintura) do Parque Natural do Fogo, situa-se a cerca de 900m de altitude ao nível do mar e as principais ocupações da população local são agricultura e pecuária. O projeto em questão propunha a reparação de diques e banquetas como medidas anti-erosão, com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva dos agricultores. A ACDER veio a desenvolver várias atividades com o objetivo de melhorar a condição socioeconómica dos seus moradores. Desde a sua criação, foram construídas, a sede da Associação, um posto de saúde, três tanques com um porte de 200m<sup>3</sup>, foram plantadas algumas árvores nas banquetas e construídas uma parte das estruturas físicas de prevenção da erosão.

Como explicado nas secções anteriores deste trabalho, o SGP seleciona projetos que incluam objetivos de melhoria das condições de vida das populações locais aos objetivos globais do Programa nas suas cinco áreas de intervenção que, recordamos, são: conservação da biodiversidade, mudanças climáticas, proteção de águas internacionais, degradação de terras, e eliminação de poluentes orgânicos persistentes.

Este projeto foi selecionado pelo fato de ter objetivos que se considerou poderem beneficiar a comunidade de Estância Roque, sendo que, paralelamente, se encaixavam nos objetivos da área temática de Degradação de Terras.

As populações de Estância Roque, tinham feito saber previamente, das suas necessidades relativamente de auxílio no campo da prevenção da erosão dos solos, pelo que

foi decidido empreender de imediato algumas iniciativas que visavam à reparação das estruturas físicas anti-erosão para beneficiar a comunidade. Foram os agricultores e os criadores de gado que informaram sobre a necessidade de fazer as reestruturações uma vez que Estância Roque se encontra num vale e os terrenos agrícolas que se expandem para fora da aldeia, são bastante inclinados. Isso faz com que durante o período das chuvas a água escorra em direção ao vale e o solo não consiga absorver a chuva.

As estruturas físicas presentes que precisavam ser reparadas eram diques e banquetas (socalcos) que serviam para aumentar a capacidade produtiva de 37 hectares de terrenos agrícolas.

Nas banquetas, ou socalcos, são plantadas árvores cujas raízes impedem o deslizamento dos montes e a danificação das plantações que se encontram mais em baixo. Os diques são estruturas em pedra que se assemelham a degraus, que detêm a água das chuvas e impedem que os detritos escorram. É importante especificar que Cabo Verde é um país prevalentemente seco, onde chove em media somente três meses por ano, por isso a capacidade do solo de deter a água da chuva é fundamental para a subsistência dos agricultores e a gestão sustentável dos solos aráveis.

O projeto previa a reparação de 40.000m de banquetas durante os primeiros três meses e, nos segundos três meses, a reabilitação de 400m<sup>3</sup> de diques que tinham uma altura de 60cm até um metro e precisava-se leva-los até 1.50m.

Os beneficiários diretos e indiretos do projeto iam ser a própria comunidade de Estância Roque e as comunidades limítrofes (Mãe Joana, Cabeça Fundão). Em particular previa-se que obtivessem emprego na construção das estruturas físicas, 39 chefes de família provenientes das camadas mais vulneráveis da comunidade.

### **5.2.1 – Parcerias e Reforço de Capacidades**

A primeira fase da colaboração com o representante de Estância Roque foi a elaboração da proposta de projeto, da proposta de orçamento, do plano de trabalho e do quadro lógico. Nessa parte de redação dos documentos, as Associações das comunidades incluídas no território do Parque Natural do Fogo receberam o apoio dos seus técnicos, as outras receberam o apoio da OAF, quer dizer, do grupo de quatro voluntárias.

Além disso, a Associação precisava encontrar outros parceiros que pudessem disponibilizar os seus recursos para organizar as atividades previstas para a implementação do projeto.

Para ilustrar a importância da consolidação de parcerias tenho que explicar que o orçamento dos projetos é dividido em três partes: a participação do SGP, a participação do proponente e o contributo dos parceiros.

As contrapartidas do proponente incluem a contribuição “em espécie” por parte da Associação. Por exemplo as horas, que o Presidente dedicou à elaboração do projeto e as horas de utilização do espaço físico da Sede da Associação. Essas atividades entram no orçamento mas não são pagas nem reembolsadas.

A Associação tem que procurar parcerias com atores locais que partilhem os interesses de conservação do ambiente e de reforço de capacidades das comunidades locais, dado que não se prevê que os parceiros recebam algum tipo de compensação pelas atividades desenvolvidas nos projetos. Os parceiros da ACDER nesse projeto foram o Parque Natural do Fogo, o Ministério do Desenvolvimento Rural e a OAF. No caso das duas primeiras instituições, o interesse comum é a conservação do meio ambiente e a gestão sustentável dos recursos da terra, no caso da OAF é o reforço de capacidades das Associações.

Todos os projetos selecionados para o financiamento do SGP têm que incluir obrigatoriamente uma parte de formação e capacitação que possa envolver o maior número possível de moradores das suas comunidades e, no projeto em questão, foram previstas duas atividades: uma formação técnica sobre a degradação de terras e uma atividade de sensibilização.

Considera-se que os contatos com os parceiros são importantes pelas contribuições na realização das atividades programadas nos projetos e, também, são um instrumento duradouro que pode permitir a continuação das ações de capacitação e de partilha de conhecimento também após a conclusão do financiamento.

Durante esta primeira fase, parece interessante evidenciar que todos os parceiros locais também fizeram reuniões entre eles para partilhar informações sobre as atividades planeadas e tirar as eventuais dúvidas a fim de conseguirem dar uma melhor assistência na elaboração dos projetos.

Um dos elementos que torna o SGP um programa adequado a ser implementado nas comunidades mais carenciadas e isoladas é a simplicidade da burocracia. O quadro lógico, por exemplo, inclui os resultados esperados por cada objetivo específico, os indicadores do estado das estruturas antes do começo do projeto e os meios de verificação para controlar o seu andamento. Incluindo todas estas informações resumidas num documento, o quadro lógico representa um instrumento claro, imediato e facilmente compreensível também por pessoas que não possuem grandes capacidades técnicas na elaboração de projetos.

O projeto de reabilitação de diques e banquetas em Estância Roque começou em Novembro de 2012, o mês em que se concluiu o meu serviço de voluntariado na Ilha do Fogo. Por esta razão não estive presente durante a realização das atividades programadas pelo que não posso fazer aqui uma análise sobre a congruência entre as atividades programadas e aquelas realmente realizadas.

Considerando o limitado período em que trabalhei junto ao representante das Associações, e respondendo a uma das questões derivadas, observei que eles realmente têm muitos problemas ligados à logística e às competências técnicas, por exemplo, o fato de não terem ou não saberem utilizar o computador, ou a rede internet, e ainda pelo facto de a rede telefónica não chegar até a comunidade, são todos fatores que requerem empenho adicional e muita dedicação para conseguir alcançar os objetivos prefixados. Acredito que uma das ferramentas adquiridas nesse processo que pode ajudar a superar estes impedimentos, é mesmo a consolidação das parcerias com as instituições locais que, como demonstrado na Ilha do Fogo são abertas a disponibilizar os seus recursos para apoiar as iniciativas de desenvolvimento local.

Como explicado previamente neste trabalho, quero chamar a atenção em particular para o reforço de capacidades dos parceiros locais e das comunidades. Em relação aos primeiros já vimos que a sua capacitação acontece por meio da troca de conhecimento entre os parceiros. Em relação às comunidades a capacitação é feita por meio das formações.

No projeto de Estância Roque foram previstas duas formações distintas, a primeira foi uma formação técnica sobre conservação do solo logo no início do projeto, com os trabalhadores que iriam trabalhar na construção das estruturas físicas, com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas e introduzir as técnicas de utilização sustentável do solo. A segunda, uma atividade de sensibilização com uma previsão de 50 pessoas participantes, direcionada a outros moradores pertencentes as faixas mais vulneráveis da comunidade. Na



atividade de sensibilização foi considerado importante envolver não só os chefes de famílias, mas também a população mais jovem da comunidade, porque pensa-se que seja importante preparar e capacitar desde já as gerações futuras que irão cuidar dos terrenos em causa.

Uma questão que não foi explorada, mas que teria sido interessante verificar se tivesse a oportunidade de colaborar no seguimento do projeto, foi a da reprodução do conhecimento dentro da própria comunidade, ou mais concretamente, verificar se os conhecimentos adquiridos por meio das atividades de capacitação foram transmitidos também para os moradores que não tiveram a possibilidade de participar nas formações.

### **5.3 – O Atelier de troca de Experiências**

O Atelier foi organizado para os beneficiários dos projetos da vaga anterior, que já estavam em fase de conclusão.

Os participantes foram trinta e oito, dos quais nove membros voluntários da OAF, três técnicos do Parque Natural do Fogo, um do Parque Nacional da Serra Malagueta (Santiago) um da Delegação do Ministério do Desenvolvimento Rural do Fogo e vinte e dois representantes das Associações beneficiárias provenientes das Ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão e São Nicolau. O evento foi liderado pelo Coordenador Nacional e pela sua Assistente de Programa.

O encontro decorreu em três dias. O primeiro foi de acolhimento e no dia seguinte começaram os trabalhos verdadeiros do Atelier com um encontro onde todos os representantes das Associações beneficiárias fizeram uma breve apresentação dos seus projetos incluindo as lições aprendidas, as dificuldades enfrentadas e os resultados alcançados. Alguns dos participantes conseguiram fazer apresentações muito bem estruturadas com Power Point e outros suportes tecnológicos, outros não conseguiram por causa dos problemas logísticos que expliquei anteriormente ou seja, falta de eletricidade nas suas zonas por períodos prolongados de tempo.

É interessante salientar que esta sessão do evento era aberta ao público, permitindo que também os representantes dos novos projetos selecionados pudessem participar e tirar proveito das informações partilhadas.

No ultimo dia procedemos com as visitas a dois projetos concluídos na Ilha do Fogo em Monte Grande e em Cabeça Fundão para verificar na prática os resultados dos projetos e a construção das estruturas físicas de combate à erosão do solo. Em particular na primeira aldeia pudemos ver um reservatório de água acabado de construir e na segunda aldeia observamos os territórios em volta da comunidade de Cabeça Fundão que foram reabilitados através da plantação de plantas endêmicas criadas em viveiros.

No geral, os participantes ficaram satisfeitos na medida em que, apesar de terem já acabado os seus projetos, julgaram que a troca de conhecimentos decorrida durante o evento foi produtiva.

Voltando ao fulcro do trabalho (o reforço de capacidades) podemos dizer que o a capacitação dos atores locais derivou de cinco situações distintas, mas articuladas:

- as formações previstas nos projetos,
- o processo de elaboração dos mesmos,
- eventos de troca de conhecimento, como foi o caso do Atelier,
- a criação de parcerias,
- a interação que se instaura entre os atores locais a vários níveis, entre as ACB, entre ACB e parceiros, entre os parceiros e entre a equipe nacional e os *stakeholders* locais.

Assim, cremos que este processo de ajuda reciproca e de partilha de conhecimento possa ser um meio muito eficaz e duradouro e que permita às Associações Comunitárias de Base, superar as dificuldades particulares que cada comunidade tem.

## 8 – CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho pude explicar o funcionamento e a evolução do Small Grants Programme ao nível global, para depois passar ao particular em Cabo Verde.

Recordo que no âmbito dessa dissertação, escolheu-se a definição de desenvolvimento sustentável do Ignacy Sachs porque as técnicas de implementação dos projetos em Cabo Verde incluem todas as cinco vertentes por ele identificadas:

- ✓ a vertente social, porque os projetos são objetivados a distribuir os benefícios da sua implementação em toda a comunidade e nas limítrofes também;
- ✓ a vertente económica, melhorando as fontes de rendimento através do trabalho temporário na construção das estruturas físicas, através dos benefícios a longo prazo conseguíveis utilizando técnicas de gestão sustentável do solo e através das formações proporcionadas á população jovem;
- ✓ a vertente ecológica, protegendo o meio ambiente e recuperando territórios que já estavam em estado de degradação;
- ✓ a vertente espacial, porque tenta envolver as comunidades mais afastadas;
- ✓ a vertente cultural, porque procura as necessidades endógenas das comunidades e proporciona apoio para que as ferramentas adquiridas durante a implementação dos projetos se juntem as técnicas já utilizadas pelas populações locais.

O trabalho de campo na Ilha do Fogo permitiu-me, por um lado, colaborar no processo de elaboração de projeto juntamente com o presidente da Associação de Estância Roque e, do outro lado, compreender, embora só marginalmente, como trabalha a equipa nacional e como ela lida com as Associações Comunitárias de Base através da organização do Atelier de troca de Experiência.

Pude observar que o ponto de força do SGP, pode considerar-se, reside na sua descentralização, integração e colaboração com os atores nacionais, fator que permite encontrar as soluções mais adequadas aos contextos locais. A experiência no Fogo confirmou um dos aspetos considerados problemáticos nos relatórios internacionais do SGP que tem a ver com a sobrecarga de trabalho do NC uma vez que ele, assim como a Assistente de Programa fazem um grande esforço para estarem constantemente em contato com os proponentes e os parceiros na tentativa de solucionar todos os problemas que possam surgir

antes e durante a implementação dos projetos. Isso inclui a simplicidade burocrática dos documentos que são pedidos aos candidatos.

Uma questão que seria interessante analisar numa eventual futura pesquisa é a questão da reprodução de conhecimento nas comunidades, isso significa verificar se os conhecimentos adquiridos pelos participantes ao longo da implementação dos projetos são, num segundo momento, repropostos para os outros moradores que não tiveram a oportunidade de participar nas ações de capacitação. Em seguida, estudar também quais os impactos locais do reforço de capacidades.

Concluindo, e respondendo a minha pergunta de partida, os projetos do SGP apresentam dois aspetos diferentes e complementares, disponibilizando fontes de financiamentos para que sejam tomadas as medidas técnicas e físicas de combate à degradação do meio ambiente e de melhoria das condições de vida das comunidades. Ainda, por meio da sua estrutura descentralizada, proporcionam e potenciam oportunidades para a capacitação dos atores locais. Acredito que o reforço de capacidades seja o aspeto que mais vai influenciar a sustentabilidade dos projetos a longo prazo.

## BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Rogério R. 2004. *Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. Lisboa. Centro de Estudos Africanos do ISCTE
- ELLIOTT, Jennifer A. 1994. *An Introduction to Sustainable Development*. London. Routledge
- FRIAS, Sónia P. *Mulheres na esteira homens na cadeira?*. Lisboa. ISCSP
- GINTHER, Konrad. DENTERS, Erik. WAART, Paul J. I. M. 1995. *Sustainable Development and Good Governance*. Dordrecht. Martinus Nijhoff
- MOREIRA, Carlos D. 2007. *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa. ISCSP
- SACHS, I. 1993. “Estratégias de transição para o século XXI”. Pp. 29-56 in *Para pensar o desenvolvimento sustentável*, editado por Bursztyn, M. São Paulo. Brasiliense
- SGP CABO VERDE. 2010. *Relatório do GEF SGP Cabo Verde*. Cidade da Praia. GEF-SGP Cabo Verde
- SGP CABO VERDE. 2011. *Cabo Verde SGP OP5 country strategy*. Cidade da Praia. GEF-SGP Cabo Verde
- SGP CABO VERDE. 2011. *Relatório do GEF SGP Cabo Verde*. Cidade da Praia. GEF-SGP Cabo Verde
- SGP Cabo Verde. (2012 a). *ORIENTAÇÕES DO PROGRAMA E DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE FICHAS E PROPOSTAS DE PROJECTOS*. Cidade da Praia. GEF-SGP Cabo Verde
- SGP CABO VERDE. (2012 b). *Relatório do GEF SGP Cabo Verde*. Cidade da Praia. GEF-SGP Cabo Verde
- SIMON, David. 1997. “New Directions in Development Thinking”. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geograhpy*, Vol 79, N. 4, pp. 183-201
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 1996. *Report of the Independent Evaluation of The GEF SGP: Pilot Phase*. New York. UNDP

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 1998. *GEF SGP Second Independent evaluation*. New York. UNDP

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 2003. *GEF SGP Third Independent Evaluation*. New York. UNDP

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 2008. *Joint Evaluation of th GEF Small Grants Programme*. New York. UNDP

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 2012. *Twenty Years Community Action For the Global Community*. New York. UNDP

UNITED NATIONS. 1993. *Agenda 21: Programme of Action for Sustainable development*. New York. United Nations Department of Public Information

UNITED NATIONS. 1993. *Rio declaration on Environment and Development*. New York. United Nations Department of Public Information

UNITED NATIONS. 2002. *Report of the World Summit on Sustainable Development*. New York. United Nations Publications

UNITED NATIONS. 2012. *Report of the United nation Conference on Sustainable Development*. New York. United Nations Publications

WILLIAMS, C.C. MILLINGTON, A.C. 2004. The Diverse and Contested Meanings of Sustainable Development. *The Geographical Journal*. Vol. 1, N. 2. Environment and Development in the UK. pp. 99.104

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. 1987. *Our Common Future*. New York. Oxford University Press

## WEBGRAFIA

THE GEF SMALL GRANTS PROGRAMME. 2011. [SGP Operational Guidelines 2011](http://sgp.undp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=162#.UINgCICkra4). Disponível em: [sgp.undp.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=108&Itemid=162#.UINgCICkra4](http://sgp.undp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=162#.UINgCICkra4) (Acedido em 5 de Setembro 2013)

UNITED NATION ENVIRONMENT PROGRAMME, 1972. *Declaration of the United Nations Conference of the Human Environment*. Disponível em: <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentid=97&articleid=1503> (Acedido em 28 de Novembro 2013)

[www.wwf.panda.org](http://www.wwf.panda.org)

[www.unep.org](http://www.unep.org)

[www.greenpeace.org](http://www.greenpeace.org)

[www.thegef.org](http://www.thegef.org)

## **FIGURAS**

Figura 1: Cronograma das atividades do SGP internacional (1992- 2014)

fonte: [www.sgp.undp.org](http://www.sgp.undp.org)